



Reforma administrativa volta à pauta esta semana 3

PMDB escolhe hoje presidente do Conselho de Ética 3

Falta de acordo adia votação de ICMS único 6

Plenário analisa controle da administração pública



O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (E), ao lado dos senadores José Agripino e Eduardo Braga, durante reunião que aprovou PEC

PEC define macrofunções da fiscalização interna: auditoria, ouvidoria, controladoria e correição

Além de estabelecer que as ações de controle interno da administração pública da União, estados, DF e municípios sejam desempenhadas por órgãos de natureza permanente, a PEC aprovada na quarta pela CCJ, que segue para Plenário, propõe a execução da atividade por servidores concursados. **3**



Pinheiro e Delcídio na CI: preocupação com a segurança do setor nuclear

Aprovada mudança na gestão do programa nuclear brasileiro 4

Senado lança hoje site da edição 2012 do Projeto Jovem Senador 2

Comissões têm 46 debates e 150 votações terminativas 3



Izabella Teixeira, Sérgio Souza e Rollemberg na Subcomissão Permanente da Água

Ministra apoia adoção mundial do conceito de áreas de preservação permanente 5

Incentivos para a indústria nacional dividem senadores

Enquanto alguns parlamentares disseram que governo ataca a desindustrialização, outros afirmaram que o que falta são reformas profundas na economia. **7**



Audiência pública na CDH debate a terceirização do trabalho no país

80% dos mortos em acidentes de trabalho são terceirizados

Participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos pediram uma legislação mais eficiente para reger a terceirização de serviços, com segurança jurídica e garantia de direitos para o trabalhador e para a empresa. **8**

Homenagens à TV Senado e ao Dia do Jornalista

Anibal Diniz homenageou emissora, Eduardo Lopes felicitou profissionais da imprensa e Vanessa Grazziotin apoiou PEC do diploma de jornalista. **6**

Professores sugerem revisão da reforma ortográfica

A implantação do acordo ortográfico de 1990 está confusa, segundo professores que participaram de audiência na Comissão de

Educação. Eles disseram que a adoção de uma ortografia oficial unificada para os países de língua portuguesa não está sendo cumprida. **8**



Pasquale Cipro Neto, Ernani Pimentel, Paulo Bauer e Gustavo Guimarães: nem a ABL segue o acordo internacional

Em sua quinta edição, o concurso é destinado a estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais e do DF. Os 27 finalistas, um por estado, participam do Projeto Jovem Senador, em Brasília



Estudantes votam propostas de lei, em sessão no Plenário do Senado, durante o Projeto Jovem Senador de 2011

Lançado site do Concurso de Redação do Senado

SERÁ LANÇADO HOJE o site do Projeto Jovem Senador, com informações sobre o 5º Concurso de Redação do Senado Federal, destinado a estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais e do Distrito Federal. O concurso é a porta de entrada para que os primeiros colocados em cada estado e no DF participem do projeto (*leia matéria abaixo*). “Meu município, meu Brasil” é o tema deste ano do concurso de redação, realizado com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e das secretarias de Educação dos estados e do DF. Para o aluno participar, basta que a escola envie a redação escolhida à secretaria de Educação do estado até 31

de agosto. O órgão avaliará as dissertações e elegerá, até 28 de setembro, o texto que representará o estado na etapa nacional, realizada em Brasília. Os finalistas serão premiados com notebook, medalha, certificado e publicação da redação em livreto produzido pelo Senado. As escolas dos três primeiros colocados na etapa nacional também serão premiadas com computadores para uso coletivo. Na semana passada, foram enviados os últimos kits para escolas públicas de todo o país. Estudantes de 18.700 unidades de ensino participaram do concurso em 2011 e a ideia é aumentar o número este ano. As escolas que, por algum motivo, não receberam o material

de inscrição e de divulgação, também poderão baixá-los na página na internet. Desenvolvido pela Agência Senado, o site é o principal canal de comunicação entre a Casa e a comunidade escolar. Além de conferir as últimas notícias e todas as etapas do concurso, o internauta poderá acompanhar os preparativos e os bastidores do Projeto Jovem Senador, a divulgação dos finalistas, bem com a chegada deles a Brasília para representar os estados. Também é possível conferir os depoimentos dos participantes de edições anteriores.

SERVIÇO
 > Site: www.senado.gov.br/jovemsenador
 > Twitter: @jovemsenador

Estudantes serão “senadores” com mandato de 3 dias

Os estudantes que se classificarem em primeiro lugar, no Concurso de Redação, em cada estado e no DF, vão compor a bancada de jovens senadores de 2012 para um “mandato” de três dias. Nesse período, conhecerão o processo de criação de leis, acompanhados por uma comissão formada por oito senadores. No ano passado, os participantes apresentaram 20 projetos de lei e três propostas de emendas à Constituição (*veja quadro ao lado*). O Concurso de Redação e o Projeto Jovem Senador integram o Programa Senado Jovem Brasileiro, uma parceria entre a Secretaria-Geral da Mesa, a Consultoria Legislativa e a Secretaria de Relações Públicas da Casa. O objetivo é aproximar os estudantes do Poder Legislativo.

Propostas

As sugestões (PLSs e PECs)* dos jovens senadores de 2011 foram analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

Alex Uilian Alencar (AC) PEC 1/11: estabelece aplicação de recursos mínimos em segurança pública e cria piso salarial para policiais	Fernanda Maciel (AM) PLS 10/11: dispõe sobre a concessão de bolsa de qualificação profissional ao beneficiário do Programa Bolsa Família
Janaína Vilela (GO) PEC 2/11: valoriza o exercício do magistério e qualifica professores das redes públicas de educação básica	Carlos Vinícius Araujo (DF) PLS 11/11: altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado
Natália Niele G. Braga (RN) PEC 3/11: atribui ao Estado a responsabilidade pela proteção da Floresta Amazônica e torna crime inafiançável o dano à flora ou à fauna da região	Thalyta Nascimento (RR) PLS 12/11: trata da implantação de laboratórios de informática e de ciências nas escolas públicas de ensino fundamental e médio
Wagner Ferreira (PR) PLS 1/11: proíbe utilização de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais	Samara Barbosa (SC) PLS 13/11: trata da assistência estudantil na educação superior
Orlei Pereira (PB) PLS 2/11: determina que as escolas do ensino médio público ofereçam cursos profissionalizantes a alunos do terceiro ano	Rodolfo Fontenele (PI) PLS 14/11: obriga contratação, pelo SUS, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino
Samira Silva (PE) PLS 3/11: inclui a disciplina Princípios de Pedagogia no ensino médio	Jacqueline Silva (SP) PLS 15/11: estabelece obrigatoriedade de realização de ciclos de debates, no ensino médio, sobre a realidade social e política
Natália Cavalcante (RJ) PLS 4/11: torna obrigatória no rádio, na televisão e no cinema a veiculação de mensagens de cunho educativo, cultural e de utilidade pública	Eliane de Aquino (ES) PLS 16/11: prevê a realização de atividades de reforço escolar e aprofundamento de conteúdos no ensino médio
Wallacy Ronan (SE) PLS 5/11: torna obrigatório o ensino de língua estrangeira a partir da primeira série do nível fundamental	Matheus Faria (MG) PLS 17/11: propõe dedução de saldo devedor junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) pelo exercício de função pública
Rafaela Silva (MT) PLS 6/11: determina que o sistema de ensino identifique os estudantes de baixo rendimento e lhes ofereça plano de recuperação	Ivan Brito (AL) PLS 18/11: inclui entre os deveres do Estado a garantia de recursos orçamentários para melhoria da qualidade do ensino
Luciêda Santos (CE) PLS 7/11: insere entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação	Jéssica Perez (MS) PLS 19/11: inclui programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas
Silvia Barreto (PA) PLS 8/11: determina a inclusão do tema cidadania nos currículos do ensino fundamental e médio	Adriele Souza (BA) PLS 20/11: assegura a presença de professores qualificados nas redes públicas de ensino
George dos Anjos (TO) PLS 9/11: trata da prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino	

*Nomenclatura dos projetos dos jovens senadores não tem validade no processo legislativo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Segunda-feira

Presidência Juízes federais

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa da comemoração dos 40 anos da Associação dos Juizes Federais do Brasil.

Plenário 40 anos da Ajufe

11h Os senadores comemoram os 40 anos de criação da Associação dos Juizes Federais do Brasil. Às 14h, sessão não deliberativa.

CDH Ministro das Cidades

9h O ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, participa de debate sobre mobilidade urbana na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CDR Educação no DF

17h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza audiência pública para discutir a educação básica, técnica e superior no Distrito Federal e sua região integrada.

Aviação civil Prevenção de acidentes

17h Eleição do vice-presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil. Em seguida, debate sobre segurança e prevenção de acidentes.

CRE Terrorismo e ameaça cibernética

18h Comissão de Relações Exteriores debate terrorismo, ilícitos transnacionais e ameaça cibernética. Bo Mathiasen, da ONU, é um dos convidados.

Terça-feira

CMA Ocupação do Cerrado

8h30 A Comissão de Meio Ambiente debate a ocupação do Cerrado. Em seguida, examina projeto que disciplina reclamações de usuários de serviços aéreos.

CE Aldo e a Copa

10h O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, debate a Lei Geral da Copa e a organização do evento, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CPI da Mulher Monitoramento da violência

14h A sistematização e o monitoramento de dados da violência contra as mulheres são tema de debate na CPI que investiga o tema.

Clima Instalação de comissão

14h Instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, e indicado o relator.

CDR Segurança em cruzeiros

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo debate a segurança de cruzeiros marítimos com o ministro do Turismo, Gastão Vieira, entre outros.

Quarta-feira

CAS Catador de caranguejo

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que visa estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o defeso.

CCT/CI Debate com ministros

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia e a de Infraestrutura debatem o marco da informática com os ministros Marco Antonio Raupp e Miriam Belchior.

CCJ Reforma administrativa

10h O projeto que trata da reforma administrativa do Senado (PRS 96/09) está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Copa 2014 Plano de trabalho

14h A Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016, ligada à CDR, apresenta plano de trabalho.

Quinta-feira

CPI da Mulher Maria do Rosário e Luiza Bairros

9h Políticas de direitos humanos serão debatidas na CPI da Violência contra a Mulher. Estão convidadas as ministras Maria do Rosário e Luiza Bairros.

CRE/CE Reconhecimento de diplomas

9h Debate das comissões de Relações Exteriores e de Educação sobre diplomas estrangeiros. Às 14h, a CRE discute o conflito israelense-palestino.

Sexta-feira

Homenagem Centenário de Alcântara e Silva

14h Sessão especial em comemoração ao centenário de nascimento do ex-senador e ex-governador do Ceará José Waldemar de Alcântara e Silva.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissões fizeram em março o dobro de reuniões de fevereiro

As comissões permanentes e subcomissões do Senado realizaram 78 reuniões em março, incluindo 46 audiências públicas. Em fevereiro, haviam sido 41 reuniões.

O balanço, elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa, registra que, nas reuniões de março, foram votados 216 projetos — 150 deles terminativamente (sem necessidade de ir para o Plenário).

Audiências importantes foram realizadas em março, debatendo temas como a previdência complementar dos servidores e o Plano Nacional de Banda Larga.

Também mereceram destaque a vinda do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para discutir a conjuntura econômica brasileira, e debate sobre os danos ambientais causados pelo recente vazamento de petróleo na

Bacia de Campos (RJ).

As providências do governo para a reconstrução da Estação Comandante Ferraz, na Antártica, também foram discutidas em audiência pública.

Ainda em tramitação nas comissões do Senado, o projeto que estabelece alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com produtos importados foi outro assunto debatido com autoridades e especialistas.

A Comissão de Relações Exteriores realizou quatro audiências públicas para discutir os rumos da política externa brasileira, em um ciclo de debates que se prolongará pelos próximos meses.

Entre as 216 matérias votadas em março, uma das mais importantes foi a criação da previdência complementar dos servidores federais.

PMDB escolhe hoje nome para presidir Conselho de Ética

O substituto do senador licenciado João Alberto (PMDB-MA) na presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve ser anunciado hoje pelo PMDB. A informação é da Assessoria de Imprensa do líder do partido, Renan Calheiros (AL).

João Alberto se licenciou no ano passado, deixando vaga

a presidência.

O Conselho de Ética precisa de um novo presidente para decidir se aceita a proposta do PSOL de processar o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), acusado de envolvimento com Carlos Cachoeira — empresário preso por comandar esquema de jogos ilegais em Goiás.

Suplicy lê defesa do Ministério da Saúde sobre texto da Veja

Quarta-feira, Eduardo Suplicy (PT-SP) leu comunicado do Ministério da Saúde no qual o órgão se defende de denúncias citadas na reportagem “Cruel teorema da saúde”, da revista *Veja*.

Segundo o comunicado, desde que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, tomou conhecimento das denúncias de fraudes em licitações, solicitou investigação da Polícia Federal. O ministério informa que, de junho a dezembro, foram auditados 99 contratos, com suspensão de 37 contratos de obras e o cancelamento de quatro aluguéis de equipamento. Para substituir os contratos, foram abertas 32 licitações.

Taques pede mais fiscalização nas compras públicas

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu a criação de mecanismos mais rigorosos de controle e fiscalização na aquisição de produtos e serviços por órgãos públicos, incluindo acompanhamento das compras sem licitação pelos tribunais de contas e responsabilização mais rigorosa dos agentes privados em casos de corrupção.

Taques ressaltou que é preciso criar meios de antecipar riscos e prevenir irregularidades.

— Se não, continuaremos apenas a reagir mecanicamente contra situações isoladas que vierem a ser flagradas por ações individuais — afirmou o senador.

Profissionalização do controle interno foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e segue agora para o Plenário. Projeto estabelece funções de auditoria, ouvidoria, controladoria e correição

Senado vota maior controle da administração pública

A FISCALIZAÇÃO DA administração pública se fortalece com o projeto aprovado quarta-feira passada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Auditoria, ouvidoria, controladoria e correição são quatro macrofunções do sistema de controle interno definidas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/09 para União, estados, Distrito Federal e municípios. A PEC segue agora para votação no Plenário do Senado.

Além de estabelecer o desempenho das ações por órgãos de natureza permanente, a PEC propõe que a atividade de controle seja desempenhada por servidores concursados organizados em carreiras específicas. Para isso, acrescenta novo dispositivo ao artigo 37 da Constituição, que trata da administração pública, alterando a organização das atividades do sistema de controle interno.

Essa iniciativa surgiu de

debates realizados na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em 2008 e 2009, sobre as áreas dos controles interno e externo. O texto incorpora sugestões e demandas de agentes públicos que atuam nesse campo, encaminhadas pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

A comissão era presidida pelo então senador Renato Casagrande, atual governador do Espírito Santo, que creditava frequentes denúncias de irregularidades e ineficiências na administração pública à ausência de um mecanismo “estruturado e eficaz de controle”.

Na avaliação dele, é indispensável montar um sistema organizado, fundado em órgãos permanentes e carreiras específicas de servidores concursados, para preservar a independência das atividades de controle interno.

Relator aponta mais transparência dos recursos públicos

Ao defender a aprovação da PEC 45/09, o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), disse que a profissionalização do controle interno público vai conferir vigor e independência funcional aos órgãos do sistema.

— O objetivo é aperfeiçoar o mecanismo para ter mais transparência no uso dos recursos públicos — afirmou.

Pedro Taques (PDT-MT), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Pimentel (PT-CE) também elogiaram a proposta. Taques apresentou sugestões de ajustes no texto, que foram acolhidas pelo relator.

Inácio também levou em conta observação de Pimentel sobre a reorganização do controle interno. Para Pimentel, a maneira mais adequada de tratar o assunto seria por lei complementar, e não emenda constitucional.

— Colocar essa medida na Constituição não seria suficiente para obrigar estados e municípios, pois eles vão precisar editar leis internas. O único mecanismo que cria regras permanentes para o pacto federativo é a lei complementar — afirmou Pimentel.



Inácio Arruda (D) relatou o projeto na CCJ, presidida por Eunício Oliveira (E)

Reforma administrativa deve ser votada nesta semana

O projeto de reforma administrativa do Senado (PRS 96/09) deverá ser votado nesta semana.

Na quarta-feira passada, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), retirou a matéria de pauta por ausência do relator, Benedito de Lira (PP-AL).

— Nos últimos dias, foram recebidas emendas que precisam ser analisadas pela relatoria. Como se trata de um assunto complexo e polêmico, não tenho alternativa a não ser retirá-lo de pauta. Na próxima quarta-feira, poderemos ouvir o relator — explicou Eunício.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também deverá defender voto em separado sobre o projeto. A proposta alternativa contempla uma redução na estrutura do Senado maior que a defendida pelo relator, mas só entrará em votação se o relatório de Benedito for rejeitado.

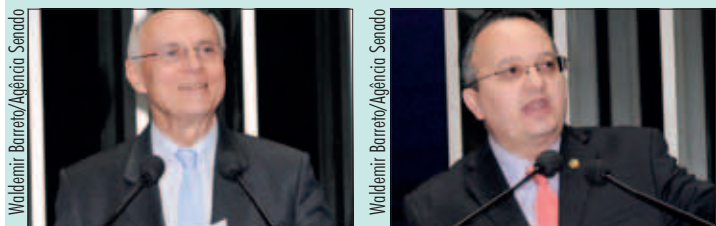
Minas Gerais e Paraná terão novas varas do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a criação de cargos e varas da Justiça do Trabalho em Minas Gerais e no Paraná. Os projetos foram enviados para exame do Plenário do Senado com pedido para tramitação em regime de urgência.

O primeiro projeto (PLC 4/12) aumenta de 36 para 49 o número de juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região e institui 21 varas em Minas Gerais. A proposta também cria 21 cargos de juiz, 329 de analista judiciário, 51 de analista com especialidade em execução de mandados, 164 de técnico judiciário e 59 cargos em comissão.

O segundo (PLC 6/12), que beneficia o Paraná, prevê 11 novas varas para o TRT da 9ª Região e mais 11 cargos de juiz, 88 de analista judiciário, 44 de técnico judiciário, 11 cargos em comissão e 99 funções comissionadas.

Ambos os projetos tiveram parecer favorável de seus respectivos relatores, Clésio Andrade (PMDB-MG) e Alvaro Dias (PSDB-PR).



Senador lê comunicado oficial

Taques quer prevenir irregularidades



Senadora deixa mandato para retorno de Garibaldi Alves

Ivonete Dantas se despede do mandato

Ivonete Dantas (PMDB-RN) anunciou quarta-feira sua despedida da Casa, para retorno do colega de partido Garibaldi Alves, licenciado para tratamento de saúde. Ivonete é a segunda suplente do mandato. Garibaldi Alves, o primeiro suplente, substituiu Rosalba Ciarlini no início de 2011, quando a titular renunciou ao se tornar governadora do Rio Grande do Norte.

Em seu discurso de despedida, Ivonete agradeceu a convivência e o apoio dos colegas nos quatro meses em que ficou na Casa. Segundo ela, apesar de curto, o período foi “intenso” e abriu horizontes em seu percurso político.

Ivonete lembrou que, ao assumir o mandato, comprometeu-se a contribuir com o governo da presidente Dilma Rousseff para que o Brasil avançasse cada vez mais na redução das desigualdades regionais e sociais e na inclusão educacional. Para ela, Dilma faz uma excelente administração, alcançando recordes de aprovação popular.

Entre os projetos que apresentou, Ivonete destacou o que inclui no currículo do ensino fundamental e médio conteúdos sobre a prevenção da violência contra mulher, criança e idoso (PLS 74/12).

— Sinto-me muito orgulhosa de ser a primeira mulher da região do Seridó a representar o povo no Senado. Lembro que as mulheres de meu estado sempre estiveram na vanguarda da luta pelos direitos políticos femininos. Tivemos a primeira mulher a votar na América Latina e também a primeira prefeita, de Lajes (RN), Alzira Soriano — registrou.

Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Paim (PT-RS) elogiaram a atuação de Ivonete no Senado, principalmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Comissão de Ciência e Tecnologia vai analisar proposta que passa para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência a coordenação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

Avança projeto que muda gestão do programa nuclear

PARA SUBSTITUIR O decreto-lei que criou o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), em 1980, o governo federal apresentou em 2004 projeto de lei que está agora no Senado sob a forma do PLC 191/10. A proposta foi aprovada quarta-feira, com modificações, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e agora segue para a de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com o texto aprovado, o Sipron passa a ficar sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Entre as suas funções, além de planejar e coordenar ações em situações de emergência nuclear, o Sipron teria de “co-

ordenar ações para proteger os conhecimentos e a tecnologia” de organizações vinculadas ao programa nuclear do país.

O relator, Delcídio do Amaral (PT-MS), foi favorável ao projeto. Ele afirmou que as modificações foram resultado de discussões com o Gabinete de Segurança Institucional, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Eletrobras Termoeletrônica, o Centro Tecnológico da Marinha e a Indústrias Nucleares do Brasil. Delcídio também ressaltou a necessidade de atualizar a legislação, já que o Sipron foi instituído pelo Decreto-Lei 1.809/80, que está em vigor há quase 32 anos.

A preocupação com os acidentes nucleares foi reiterada

durante a reunião. O caso mais lembrado foi o da Usina de Fukushima, no Japão, atingida em março do ano passado por um *tsunami*. Walter Pinheiro (PT-BA) apontou Fukushima como um alerta para a necessidade de preparo para situações como essa.

— O Japão, mesmo com seu nível de avanço tecnológico e mesmo possuindo uma cultura de prevenção, não conseguiu evitar o acidente — alertou o senador.

Se o projeto for aprovado pelo Senado com as modificações propostas por Delcídio, o texto terá de retornar à Câmara dos Deputados — onde foi aprovado no ano passado, sob a forma do PL 2.881/04.



Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou o texto com modificações do relator, Delcídio do Amaral

Comissão aprova assentos para obesos

O projeto que garante assentos especiais para pessoas obesas em espaços de espetáculos e meios de transporte coletivo foi aprovado quarta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O PLC 132/11, do deputado Manoel Junior (PMDB-PB), ainda vai passar pelo exame das comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos, nesta em votação final.

O texto determina que locais de espetáculos, entretenimento, esportes, conferências, aulas e outros de natureza similar tenham assentos especiais para pessoas obesas, em quantidade equivalente a no mínimo 5% da capacidade.

A proposta também exige assentos especiais em todas as modalidades do transporte público, mas neste caso não estabelece percentual mínimo.

Outras pessoas poderão utilizar os assentos especiais caso não haja obesos. Para implementar as medidas, o texto altera a Lei 10.098/2000, que trata da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Walter Pinheiro (PT-BA) leu na CI o parecer favorável do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), que não pôde comparecer à sessão.

Ana Amélia pede execução do Programa Pró-Transporte



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção, terça-feira passada, para dificuldades vividas pelo Programa Pró-Transporte, destinado a financiar a pavimentação de ruas e modernização do transporte público. Segundo a senadora, o programa ainda não foi posto em prática. A dificuldade estaria na falta de comunicação entre o Ministério das Cidades, responsável pelo programa, e as áreas de planejamento e economia do governo.

Ana Amélia também informou que as comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) devem realizar audiências sobre o projeto da Lei Geral da Copa (PLC 10/12). Ela defendeu a participação do presidente da Fifa, Joseph Blatter, nos debates.

Marabá foi emancipada há 99 anos, comemora Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) parabenizou, terça-feira passada, a cidade paraense de Marabá, que completou 99 anos de emancipação política. O município, situado às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, é o quarto maior do Pará em população e polo de desenvolvimento econômico do sudeste do estado.

Conforme o senador, a cidade possui enorme potencial para pecuária e mineração e é o município que mais cresce no Brasil. Entretanto, disse, para que possa se emancipar também na área econômica, muitas ações devem ser tomadas com urgência pelo governo federal. Flexa Ribeiro disse que os marabaenses esperam que a Vale retome as obras de implantação da Aços Laminados do Pará (Alpa).



Para o senador, brasileiro está satisfeito com a economia

Pimentel exalta popularidade de Dilma Rousseff

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), destacou na quarta-feira passada os avanços registrados no Brasil decorrentes de políticas públicas do governo federal. Ele comemorou o índice de popularidade da presidente Dilma Rousseff, que subiu de 72% para 77% em relação a dezembro, segundo pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Dos entrevistados, 56% avaliaram o governo como bom ou ótimo.

Segundo o senador, a satisfação dos brasileiros deve-se ao fortalecimento da economia, à geração de emprego e ao combate à exclusão social. Ele ressaltou a redução do custo Brasil, programas como o Simples Nacional e o estímulo às exportações.

Pimentel também mencionou a nova etapa do Plano Brasil Maior, enfatizando a desoneração da folha de salários. Para ele, com a medida, não haverá tanta vantagem em substituir pessoas por máquinas.

— A empresa que resolveu automatizar, substituindo a mão de obra por equipamentos, tem uma contribuição diminuta para a Previdência Social. A outra empresa, que produz a mesma mercadoria, que concorre no mesmo espaço de mercado, se prioriza a mão de obra como a grande fonte de geração de negócios, tem um custo muito maior.

Entre os 15 segmentos beneficiados pelo plano, o senador citou o caso das indústrias têxtil, de confecções e moveleira. A compensação para a Previdência será feita pelo Tesouro, que arcará com a renúncia fiscal, em 2012, de R\$ 7 bilhões.

O líder do governo reconheceu, no entanto, que é preciso trabalhar para baixar a taxa básica de juros.

— Temos tido uma diminuição na taxa de juros, mas ainda está muito longe da que entendemos que é razoável para o mercado.



Entre Benedito Braga e o senador Sérgio Souza, ministra Izabella Teixeira apoia proposta. Também participam do debate o senador Rollemberg e Guillo, da ANA

Kátia Abreu: mundo deve adotar áreas de preservação permanente

Conceito brasileiro de proteção às fontes de água precisa ser universalizado, segundo a senadora, garantindo competitividade

A UNIVERSALIZAÇÃO DO conceito de área de preservação permanente (APP), aplicado na legislação brasileira, foi defendida por Kátia Abreu (PSD-TO). A senadora, que participou do 6º Fórum Mundial da Água, realizado no mês passado na França, disse que a iniciativa visa incentivar a proteção, em todo o mundo, de áreas localizadas às margens de rios, das nascentes e das regiões de grande declividade, a fim de proteger as fontes de água, indispensável à agricultura e à sobrevivência dos seres vivos no planeta.

Segundo Kátia Abreu, a proposta também garantiria condições competitivas iguais para os produtores rurais brasileiros no mercado externo.

— Os produtores do Brasil estão cumprindo seu dever de casa e não podem perder competitividade — disse a senadora durante audiência pública da Subcomissão Permanente da Água.

No fórum, conforme ela relatou, foi possível observar que se discute muito a democratização ao acesso da água, mas não a proteção dessas fontes. A senadora sugeriu à ministra do Meio



Senadora participou de fórum mundial na França

Ambiente, Izabella Teixeira, que a proposta, elaborada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, seja apresentada durante a Conferência Rio+20, em junho, no Rio de Janeiro. A ministra respondeu que a recuperação das APPs está em sintonia com a visão brasileira de desenvolvimento sustentável.

A proposta também foi elogiada pelo presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, e pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A sugestão de um modelo universal de APP, conforme explicou Kátia Abreu, também conta com o apoio da Embrapa.

A senadora acredita que cientistas

de várias partes do planeta assinarão o documento recomendando à ONU que adote como meta a APP global.

Para a parlamentar brasileira, as ONGs internacionais não falam a verdade sobre o Brasil e não reconhecem os erros cometidos pela Europa. Como exemplo, citou falas de representantes da Comissão Europeia, do Greenpeace e da WWF, durante evento promovido pelo jornal inglês *Financial Times* em Londres.

Segundo Kátia Abreu, eles afirmaram que o projeto do novo Código Florestal brasileiro (PLC 30/11), que foi aprovado no Senado e retornou à Câmara (PL 1.876/99), aumenta os desmatamentos no Brasil. Apesar disso, quando questionados sobre que parte do texto traria essa possibilidade, não souberam responder, relatou.

— Eu disse para a plateia que estava ali presente que são esses equívocos, esses engodos que algumas ONGs tentam propagar contra o Brasil — disse a senadora, negando a existência, no texto do projeto, de qualquer permissão ao aumento dos desmatamentos.

Saneamento básico é catastrófico, diz presidente da ANA

Na audiência, senadores e debatedores manifestaram preocupação com o saneamento básico no Brasil.

Guillo, da ANA, classificou o quadro atual de catastrófico e alertou que serão necessários investimentos de R\$ 22 bilhões em sistemas de produção de água e mananciais para manter a atual oferta de água em 55% das cidades brasileiras até 2015.

— Mesmo que tenhamos avançado no volume de recursos, a ampliação

do saneamento em comparação ao crescimento das cidades está ficando estagnado — afirmou Guillo.

Para o presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água, Benedito Braga, o principal problema ambiental brasileiro está na qualidade restrita do saneamento nas cidades. O presidente da subcomissão, Sérgio Souza (PMDB-PR), concordou.

— A concentração urbana é realmente um desafio não só para o governo,

mas para toda a sociedade — disse.

Atendendo a pedidos de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Kátia Abreu, Souza e Rollemberg informaram que os dois colegiados que presidem farão audiências para garantir o cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Eles também pretendem trabalhar pela inclusão de recursos suficientes no Orçamento de 2013 para setores responsáveis pela água.

Protagonismo do Brasil ganha elogios

A participação do Brasil no 6º Fórum Mundial da Água, na França, foi elogiada na audiência da subcomissão.

— O Brasil cada vez mais assume protagonismo na questão ambiental. Isso ficou claro — disse Rollemberg.

Segundo Guillo, da ANA, houve um reconhecimento dos avanços brasileiros. Ele questionou, no entanto, a relevância que o tema água terá na Rio+20 e pediu a criação de um organismo mundial que impulse uma melhor distribuição de água entre os países.

Para Izabella Teixeira, ficou claro que um dos maiores desafios mundiais é unir a sustentabilidade dos recursos hídricos com as mudanças climáticas.

Os participantes da audiência também defenderam a realização da oitava edição do fórum no Brasil, em 2018.

Definido calendário sobre Belo Monte

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte aprovou seu plano de trabalho para 2012. Serão três audiências públicas e uma visita aos municípios de Altamira e Vitória do Xingu (PA), que ficam na região onde está sendo construída a hidrelétrica.

A primeira reunião, em 12 de abril, vai examinar o licenciamento ambiental da obra e avaliar as condicionantes impostas pelo Ibama durante a emissão da licença prévia para a construção. No dia 26 de abril, discute-se a importância de Belo Monte para o setor elétrico. Em 10 de maio, o tema será a construção de hidrelétricas na Amazônia.

A última atividade será uma diligência no Pará para ouvir as populações afetadas pelas obras e obter informações sobre o andamento da construção.



Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro conduzem reunião que estabeleceu o plano de trabalho

Pinheiro aponta “jogo de empurra” sobre a seca



Walter Pinheiro (PT-BA) cobrou a liberação de recursos do Ministério da Integração Nacional para ações de combate à seca no Nordeste, principalmente Bahia. Os R\$ 10 milhões liberados não são suficientes, segundo ele. Para o parlamentar, a burocracia e o “jogo de empurra” dos ministérios estariam atrasando a ajuda do governo. Ana Amélia (PP-RS), Acir Gurgacz (PDT-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) apoiaram a reivindicação.

Lídice sugere medida provisória para a Bahia



Lídice da Mata (PSB-BA) sugeriu que o governo crie uma medida provisória para amenizar a situação dos municípios baianos atingidos pela seca. Segundo ela, 45% das prefeituras do estado já decretaram estado de emergência. Lídice listou ações anunciadas, mas disse que ainda é preciso encontrar solução para as dívidas dos produtores. Ela informou que o governador Jaques Wagner pretende conversar com a presidente Dilma Rousseff sobre as medidas possíveis.

Sérgio Souza pede mais atenção ao agronegócio



Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu que o governo federal dê atenção às demandas do agronegócio, assim como fez em relação à indústria, com o pacote de incentivos do Plano Brasil Maior. De acordo com o senador, o setor vem sustentando o crescimento do produto interno bruto (PIB), mas os resultados deste ano podem ser menores que os de 2011, por conta da estiagem, do preço das *commodities* e do baixo desempenho das indústrias ligadas ao setor.

Comissão de Constituição e Justiça e governo federal negociam acordo para compensar perdas na arrecadação de alguns estados após aprovação de projeto que zera ICMS para produtos importados

Fim da guerra dos portos depende de compensação

O PROJETO DE resolução do Senado (PRS 72/10) que zera as alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados retorna à pauta nesta semana após ter sua votação adiada na última quarta-feira pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O objetivo do adiamento foi negociar a aprovação de medidas de combate à chamada guerra dos portos — disputa entre estados para reduzir as alíquotas de ICMS e, assim, atrair a entrada de importados em seu território. A intenção do governo, segundo Eunício, é compensar perdas financeiras de estados como Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo, que têm arrecadação expressiva no setor.

— Há sensibilidade do governo para não prejudicar esses estados — afirmou Eunício, que, ao lado de José Pimentel (PT-CE), havia discutido o assunto na noite anterior com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O adiamento contou com o apoio de vários senadores, inclusive o autor do PRS 72/10, Romero Jucá (PMDB-RR), que considerou necessário mais tempo para negociar uma



Randolfe, Renan e Jucá, autor do projeto que combate a guerra dos portos

alternativa para os estados mais atingidos.

Defensor da proposta, Armando Monteiro (PTB-PE) reiterou não ter dúvidas de sua constitucionalidade, tanto que apresentou voto em separado por sua aprovação.

Divergências

O relator da matéria, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse manter a convicção de que o texto viola a Constituição em pelo menos quatro aspectos.

A principal divergência dele é quanto ao tipo de proposição para realizar essa alteração — se projeto de resolução ou projeto de lei complementar.

A discussão sobre a unificação do ICMS para importados provocou também o debate sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Esses dois temas sobressaem na revisão

do pacto federativo.

Ferraço lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao declarar inconstitucional a partilha do fundo, deu prazo para o Congresso revisá-la até dezembro.

— Se não, o Supremo o fará.

A mesma preocupação foi manifestada por Eunício Oliveira e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que propôs debate marcado para o dia 17. Para Pedro Taques (PDT-MT), é dever da Suprema Corte convocar o Legislativo para cumprir com suas atribuições.

José Pimentel e Eunício defenderam mudança do indexador da dívida, mas sem interferência na Lei de Responsabilidade Fiscal. Já Ana Rita (PT-ES) demonstrou confiança de que a proposta para o ICMS preserve o pacto federativo.

ICMS sobre comércio eletrônico na pauta

As propostas que alteram a cobrança de ICMS sobre transações de comércio eletrônico estarão na pauta da CCJ desta semana.

O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, Eunício Oliveira, para quem o assunto é de extrema relevância na rediscussão do pacto federativo e para o equilíbrio das contas dos estados.

O líder do governo no

Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que o sistema atual, com a cobrança se dando na origem da operação e não no destino da mercadoria, penaliza alguns estados.

Ricardo Ferraço, que também defendeu mudanças, informou que em 2011 as lojas virtuais faturaram R\$ 19 bilhões e em 2012 esperam faturar R\$ 25 bilhões.

— Não estamos partilhando

entre os estados o ICMS de tudo que é comercializado pelas empresas 'ponto.com' — afirmou.

Ferraço lembrou que a legislação precisa ser atualizada, uma vez que a atividade não existia em 1988, quando da elaboração da Constituição.

A pauta da CCJ deverá trazer as três propostas que tratam do tema: as PECs 103/11, 56/11 e 113/11.

Anibal faz homenagem à TV Senado e elogia o “conteúdo relevante”

O senador Anibal Diniz (PT-AC) prestou uma homenagem no Plenário à TV Senado por seu aniversário.

— A TV Senado, além de transmitir ao vivo os trabalhos do Senado, produz conteúdo relevante para a educação, a cultura e a preservação da memória histórica do país — disse.

O parlamentar fez um histórico da trajetória da emissora — pioneira entre os canais legislativos —, desde a inauguração, em fevereiro de 1996.

No início, a TV Senado tinha 15 horas de programação diária. No ano seguinte, lembrou o senador, passou a ter 24 horas de transmissões. E em 2000, seu sinal começou a ser captado por antenas parabólicas em todo país, alcançando também a população sem acesso à TV por assinatura.

Também mereceu destaque a ampliação das transmissões para nove estados, via UHF. No Acre, por exemplo, lembrou o senador, desde o ano passado a TV Senado pode ser assistida



Anibal Diniz: emissora preserva memória histórica do Brasil

em canal aberto, na cidade de Rio Branco, pelo canal 16.

Sustentabilidade

Anibal também ressaltou a experiência “ambientalmente sustentável” da indústria Plasacre, que utiliza plástico reciclado na fabricação de produtos como telhas e mourões de cercas.

— O trabalho da indústria consiste em captar material plástico, que tradicionalmente é descartado e enterrado nas cidades, e transformá-lo em matéria-prima plástica usada em uma série de utilidades para o dia a dia, produtos de boa qualidade e de grande durabilidade — explicou.

Vanessa defende PEC do diploma para jornalista

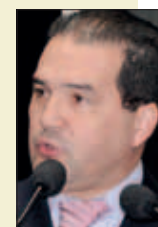


Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez discurso em que lembrou o Dia do Jornalista, comemorado no sábado passado.

A senadora defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que restabelece a exigência do diploma para o exercício da profissão (PEC 33/09).

— O jornalista assume a função de educar a sociedade e fortalecer a democracia. É preciso que esteja muito bem preparado como qualquer outra categoria, como médico, farmacêutico, advogado, engenheiro, professor — afirmou.

Lopes homenageia jornalistas citando Líbero Badaró



Eduardo Lopes (PRB-RJ) parabenizou os jornalistas pela comemoração do Dia do Jornalista, no último sábado, dia 7.

Ele disse que a data remete ao jornalista “defensor das causas liberais” João Batista Líbero Badaró. O assassinato de Badaró por inimigos políticos, em novembro de 1830, causou uma reação popular que acabaria na abdicação de dom Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Cem anos depois, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) instituiu a data como o Dia do Jornalista.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores se dividem sobre estímulo à indústria

O governo anunciou na semana passada uma série de medidas para estimular a economia nacional. As ações são voltadas para a indústria e incluem a desoneração da folha de pagamento, a redução do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e o aumento de recursos do BNDES para investimentos. As medidas, que fazem parte do Plano Brasil Maior, repercutiram no Senado: enquanto alguns senadores disseram que as ações reverterão a desindustrialização do país, outros afirmaram que o governo deixou de atacar os problemas estruturais.



Funcionários trabalham em fábrica de calçados no Paraná: governo anunciou pacote de medidas para alavancar o crescimento da indústria nacional

Gurgacz: o caminho está certo, mas falta avançar



O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apoiou as medidas de estímulo à economia anunciadas pelo governo. — Precisamos avançar ainda mais, mas entendo que é o caminho correto o que está sendo feito. É uma reforma que está sendo feita aos poucos, em etapas, uma reforma fatiada — disse o senador.

Gurgacz lembrou que parlamentares e empresários preocupados com a desindustrialização já defenderam no Senado a necessidade de medidas como as anunciadas na semana passada pelo governo.

Souza: pacote é bom, porém falta ação de longo prazo

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou o pacote de medidas para a indústria. — É um conjunto de medidas expressivo, que certamente impactará positivamente no setor industrial.

O senador afirmou que o baixo crescimento da economia em 2011 (2,7%) foi devido, em boa parte, ao incremento mínimo do setor manufatureiro.

Apesar de ver o pacote como positivo, o parlamentar alertou para a necessidade de ações de longo prazo, como redução do custo de produção, incentivo à inovação e estabilização do câmbio.

— Temos que ir além das medidas de curto prazo e realizar reformas para dotar o Brasil de competitividade.

Armando: medidas não prejudicarão cofres públicos



Armando Monteiro (PTB-PE) disse que são importantes as novas medidas de incentivo à indústria. O senador lembrou a grande pressão competitiva no mundo e disse reconhecer o esforço do governo para reverter o declínio da indústria brasileira.

— Esse processo, se não for de alguma forma contido, vai significar um grave prejuízo para o conjunto da produção industrial do país.

Para o parlamentar, a redução da arrecadação de tributos não levará prejuízo aos cofres públicos, já que a indústria crescerá.

Lídice: governo concederá incentivos ao turismo

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou a inclusão do turismo no conjunto de medidas de estímulo à economia. Foram beneficiados os setores de hotelaria e de transporte aéreo e rodoviário.

De acordo com a senadora, a desoneração da cadeia produtiva do turismo foi a principal reivindicação apresentada na última reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

— É imenso o potencial de contribuição do turismo para o desenvolvimento nacional, com a criação de empregos e a geração de riquezas, incluindo os pequenos municípios e as regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e o Nordeste.

Aloysio: pacotes desse tipo têm resultados pífios



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) classificou de “tópicas e tímidas” as medidas do pacote de incentivo à indústria anunciado pela presidente Dilma Rousseff.

Segundo o senador, as novas regras não serão capazes de tirar o país do caminho da desindustrialização. Ele pediu medidas de longo prazo.

— Pacotes como esse se inscrevem na linhagem de medidas anunciadas com grande estardalhaço, mas que produzem resultados pífios.

Aloysio anunciou que pedirá esclarecimentos ao Ministério da Fazenda sobre o impacto financeiro do plano.

Ana Amélia: outros setores tiveram tributo aumentado

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o pacote de medidas para a indústria é “uma reforma apenas na fachada do prédio”. Segundo ela, a estrutura continua em condições precárias.

— O governo dá com uma mão e tira com a outra. É o cobertor curto que cobre a cabeça deixando os pés de fora. A redução de impostos para setores da economia será compensada com mais cobrança de impostos: com o aumento do IOF e com o já anunciado aumento de IPI para bebidas.

Apesar de reconhecer o esforço da presidente Dilma, ela disse que ações pontuais não são suficientes, já que os problemas estruturais permanecem. Segundo ela, o governo precisa fazer as reformas tributária e trabalhista.

Alvaro: renúncia fiscal do governo será mínima



O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou as novas medidas do Plano Brasil Maior. De acordo com ele, a maior parte dos R\$ 60,4 bilhões em incentivos anunciados pelo Executivo se refere, na verdade, a novos aportes ao BNDES. Apenas uma “ínfima” parcela, explicou, corresponde à renúncia fiscal do governo.

— Para apoiar a indústria, o governo deixará de arrecadar R\$ 3,1 bilhões neste ano. Parece muito? Não é: equivale a cerca de um dia de arrecadação do Leão, de acordo com os números do primeiro bimestre — afirmou.

Raupp: comissões discutirão a desindustrialização



As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizarão uma audiência sobre a desindustrialização.

— Reunindo autoridades do poder público, da indústria e dos trabalhadores, teremos a oportunidade de discutir a eficácia das medidas que o governo vem adotando para combater esse processo — disse o autor do requerimento para a audiência, Valdir Raupp (PMDB-RO).

Serão convidados o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, entre outros nomes.

Paim: desoneração da folha de pagamento afeta Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a manifestar preocupação com a proposta de desoneração da folha de pagamento das empresas, por considerar que a medida reduz cada vez mais os recursos destinados à Previdência Social.

Paim disse que a desoneração da folha — com a troca da contribuição patronal de 20% por uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento — implica abrir mão das receitas de “uma Previdência que estaria falida”, conforme vêm assegurando especialistas

do setor há muitos anos.

— Se está falida, como é que vou tirar 7 bilhões, 8 bilhões, 20 bilhões [de reais]? E se continuar desonerando? — questionou Paim.

Se o governo continuar abrindo mão de receitas da Previdência Social, sem

uma contrapartida que garanta os recursos para o pagamento de “uma aposentadoria decente” para o trabalhador brasileiro, tanto na área pública quanto no setor privado, a aposentadoria vai virar “um seguro social de um salário mínimo”, criticou ele.

Participantes de debate na CDH pedem mudanças na legislação que garantam segurança jurídica a empregados de prestadoras de serviços

Dos mortos em acidente de trabalho no Brasil, 80% são terceirizados

QUATRO EM CADA cinco mortes por acidente de trabalho no Brasil ocorrem com empregados de prestadoras de serviço. Números como esse, sobre a contratação de trabalhadores terceirizados no país, foram discutidos ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caieta, em cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem em empresas que utilizam mão de obra terceirizada. O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Miguel Pereira, acrescentou que o terceirizado ganha, em média, 27% do que recebe um trabalhador contratado diretamente pela instituição. E mais: 50% do setor não contribui para a previdência.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), classificou tais informações como “preocupantes e inacreditáveis”. Os debatedores apontaram a necessidade de a terceirização ser regida por uma legislação mais eficiente que a atual, com segurança jurídica para o trabalhador e para a empresa, e com integral respeito ao que



Vera Lêda de Moraes, Paulo Paim, conversando com a senadora Ana Rita, e José Boaventura Santos durante reunião da CDH

dispõe a Constituição federal na garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Caieta afirmou que o sistema de terceirização no Brasil é conhecido por tornar precário o vínculo empregatício, além de inferiorizar, do ponto de vista social, o empregado — sem falar da imposição de jornadas de trabalho exaustivas.

Já a consultora jurídica da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental, Celita Oliveira Sousa, disse que o mais preocupante no momento é a

“irresponsabilidade de administradores públicos”, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, que terceirizam o trabalho e não fazem o pagamento em dia para as empresas.

Calote

O presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes (FITV), Vicente Lourenço de Oliveira, afirmou que brechas na legislação atual têm favorecido o “calote oficial” das empresas de terceirização sobre o trabalhador. Na opinião dele, além de aperfeiçoar a legisla-

ção, é preciso conscientizar os setores empresariais para melhorar as condições de trabalho do empregado terceirizado.

O deputado Laercio Oliveira (PR-SE), ex-presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental, defendeu a terceirização plena, alegando que esse é um setor “que vem trabalhando de forma cada vez mais idônea e competente”. Para o deputado, o fundamental agora é discutir a segurança jurídica desse setor, “para que ele continue avançando”.

Para professores, acordo ortográfico gera confusão

A implantação da reforma ortográfica da língua portuguesa está confusa no Brasil, na avaliação de professores que participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Vários livros não seguem o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) da Academia Brasileira de Letras (ABL), que, por sua vez, não acompanha o acordo internacional assinado em 1990 pelos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, disse Pasquale Cipro Neto.

— A adoção dessa reforma ortográfica foi um desastre. Dinheiro público foi jogado no

ralo, porque os livros didáticos contêm muitas imprecisões e confusões — afirmou.

O idealizador do movimento Acordar Melhor, Ernani Pimentel, explicou que o Decreto 6.583/08 diz que o tratado internacional será executado e cumprido como prescrito em seu texto e que qualquer ato de revisão depende da decisão legislativa para produzir efeito. Entretanto, segundo ele, o Volp “desrespeita e altera o texto original” sem consultar o Congresso Nacional.

— O que se está imputando aos brasileiros é uma ilegalidade, uma imposição ditatorial — afirmou.

Ambos disseram que a instituição de uma ortografia oficial unificada para a língua portuguesa, com o objetivo explícito de pôr fim à existência de duas normas ortográficas oficiais divergentes, uma no Brasil e outra nos restantes países de língua oficial portuguesa, não está sendo cumprida.

O professor Pimentel citou declarações do secretário de Cultura de Portugal, Francisco José Viegas, em defesa de uma modificação do acordo até 2015, e do presidente do Centro Cultural de Belém (em Lisboa), Graça Moura, proibindo o uso das novas regras.

Um dos problemas básicos

do acordo, na avaliação de Pimentel, é seu foro de discussão. Foram ouvidas apenas a ABL e a Academia de Ciências de Lisboa (ACL) “e ambas só têm um filólogo entre seus membros”. Ele disse que não foram consultadas instituições como a Academia Brasileira de Filologia, que existe desde 1943, e sugeriu a ampliação do debate para todos os que têm a escrita como instrumento de trabalho, como professores de português, jornalistas, linguistas e pedagogos.

A audiência foi requerida por Paulo Bauer (PSDB-SC), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Amélia (PP-RS).



Professor Pasquale (E), Ernani Pimentel, Paulo Bauer, e o conselheiro da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty, Gustavo Guimarães, em audiência na CE

Capiberibe critica lucro excessivo dos bancos

João Capiberibe (PSB-AP) criticou a margem de ganho dos bancos sobre os empréstimos



concedidos aos clientes, apesar dos esforços do governo federal para baixar a taxa Selic e aumentar a oferta de crédito.

Para o senador, os bancos no Brasil não se comprometem a prestar contas a seus depositantes.

Ana Rita exalta mobilidade social nos últimos anos

Segundo Ana Rita (PT-ES), 63 milhões de brasileiros alteraram sua capacidade de consumo entre 2005 e 2011. A senadora disse que “o impacto do crescimento econômico associado a uma efetiva política de distribuição de renda e acesso ao crédito” serviu para que muitas famílias buscassem a casa própria e outras, beneficiadas por programas educacionais como o Prouni, passassem a sonhar em ver seus filhos com um diploma superior.

Projeto de Bauer impõe mais sanções a menor infrator

Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou projeto que impõe ao adolescente infrator a postergação do início da maioridade penal e da idade mínima para tirar carteira de habilitação, de 18 para 21 anos. Prevê ainda a suspensão dos direitos políticos durante a medida socioeducativa.

— O PLS 85/12 visa desestimular a prática de crimes violentos e abordar de uma nova forma o combate aos crimes cometidos por adolescentes.

Paim lamenta baixos índices de leitura no país

A passagem, neste mês, dos dias do Livro Infantojuvenil (2), Nacional do Livro Infantil (18) e Internacional do Livro (23) foi lembrada por Paulo Paim (PT-RS). O senador disse ter ficado preocupado com os baixos índices de leitura no país, revelados por pesquisa do Instituto Pró-Livro (IPL): a média é de quatro livros anuais por pessoa, sendo que, destes, dois não são terminados.